

O agir democrático numa era de redes digitais

[Democratic agency in an age of digital networks]

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2017, vol. 7(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2017.7.1.315

 Open Access Journal

Stephen Coleman

Universidade de Leeds

[University of Leeds]

Resumo

A política contemporânea possui uma qualidade transitória e indeterminada, pairando de forma inquieta entre o centralizado e o em rede, o nacional e o global, o gerenciado e o populista, o analógico e o digital. Práticas políticas antes tomadas como certas começaram a parecer instáveis e modos emergentes de articulação política estão desestabilizando complacências institucionais. Ao longo do século XX, a consolidação de democracias políticas gerou abordagens de rotina à produção, ao processamento e à comunicação de mensagens políticas. Este sistema de comunicação política resultou em relações previsíveis entre elites políticas, mediadores jornalísticos e cidadãos. Como espero ter deixado claro nesta palestra, seria ingênuo supor que simplesmente mover a comunicação política online irá enriquecer ou degradar as vozes dos cidadãos democráticos. O antigo debate entre o bem e o mal da internet é despropositado e redundante. Porém, se a pressão democrática popular pelo tipo de construção de capacidade cívica que eu elenquei nesta palestra ganhar tração, tecnologias digitais, espaços e códigos podem, realmente, ter um papel significativo em facilitar práticas conducentes a uma democracia mais inclusiva, respeitosa e deliberativa.

Abstract

Contemporary politics has a transitional and indeterminate quality, hovering uneasily between, the centralised and the networked, the national and the global, the managed and the populist and the analogue and the digital. Once taken-for-granted political practices have begun to seem unstable and emergent modes of political articulation are unsettling institutional complacencies. During the course of the twentieth century the consolidation of political democracies generated routine approaches to producing, processing, and communicating political messages. This political communication system resulted in predictable relations between political elites, journalistic mediators and citizens. As I hope I have made clear in this lecture, it would be naïve to assume that simply moving political communication online will either enrich or degrade the voices of democratic citizens. The old debate between Internet-Good and Internet-Bad is pointless and redundant. But if popular democratic pressure for the kind of civic capability-building that I have outlined in this lecture were to gain traction, digital technologies, spaces and codes might indeed play a significant role in facilitating practices conducive to a more inclusive, respectful and deliberative democracy.

O agir democrático numa era de redes digitais

Stephen COLEMAN

A política contemporânea possui uma qualidade transitória e indeterminada, pairando de forma inquieta entre o centralizado e o em rede, o nacional e o global, o gerenciado e o populista, o analógico e o digital.

Práticas políticas antes tomadas como certas começaram a parecer instáveis e modos emergentes de articulação política estão desestabilizando complacências institucionais.

Ao longo do século XX, a consolidação de democracias políticas gerou abordagens de rotina à produção, ao processamento e à comunicação de mensagens políticas. Este sistema de comunicação política resultou em relações previsíveis entre elites políticas, mediadores jornalísticos e cidadãos. Quatro fatores inter-relacionados perturbaram profundamente esse sistema.

1) O primeiro advém das consequências sísmicas da globalização.

Conforme as atividades nucleares da existência social - econômicas, culturais e políticas - passaram a ser integradas em tempo real em uma escala planetária, noções anteriores de poder relacionado ao local e com limitação espacial parecem perder o sentido.

Estados-nação persistem, especialmente por seu apelo simbólico intenso, mas sua capacidade de exercer poder de soberania é restringida por forças globais além de seu controle. A política e o poder tornaram-se cada vez mais dissociados.

Os desafios sociais mais prementes, de mudanças climáticas, pandemias e tráfico de drogas até a migração desregulada, as ameaças terroristas e os conflitos de fundamentalismos morais estão além do escopo político de qualquer governo eleito único. Os governos estão cada vez mais preocupados com aspectos da vida social que são incapazes de governar.

Poderes enormes são assumidos por organismos transnacionais, que não são eleitos, em grande parte, e que não se responsabilizam. Os processos políticos constituídos nacionalmente adquirem um status periférico, muitas vezes caracterizado por uma grandiosidade de retórica política que não pode disfarçar sua irrelevância.

Diante da tensão entre a política paroquial e o poder global, os pensadores democraticamente inclinados encontraram-se à procura de espaços nos quais as pessoas cada vez mais interconectadas do mundo possam dar conta do poder global.

2) Em segundo lugar, as instituições através das quais o poder político tem sido tradicionalmente mediado estão em colapso.

Os partidos políticos, que deveriam representar os interesses, as preferências e os valores dos cidadãos e traduzi-los em políticas executáveis, começam a parecer associações peculiares dos não representativamente comprometidos.

As instituições governamentais, que derivam sua legitimidade do consentimento eleitoral das pessoas em nome das quais agem, parecem incapazes de desenvolver relações comunicativas com pessoas que reflitam as expectativas da sociabilidade cotidiana na era digital.

Os meios de comunicação de massa - cujo papel é fazer com que os poderosos sejam responsabilizados, fornecer aos cidadãos informações que lhes permitem fazer escolhas consideradas sobre assuntos que os afetam e manter espaço para um diálogo público pluralista - estão lutando para encontrar maneiras efetivas de falar com públicos que são agora capazes de falar com eles.

Na maioria dos países democráticos, os partidos tradicionais, as burocracias governamentais e os meios de comunicação de massa são as instituições menos confiáveis. Todos eles estão tentando reinventar-se desesperadamente a fim de parecerem mais abertos ao insumo público e menos manifestamente presos a um legado de

pensamento sobre "as massas" como um público sedutor, em vez de parceiros em potencial.

Às vezes parece como se os partidos centralizados, as burocracias governamentais e os meios de comunicação tradicionais fossem operações de retenção histórica, que perduram porque nada surgiu ainda para deslocá-las.

3) Em terceiro lugar, fronteiras até agora distintas entre o público e o privado tornaram-se cada vez mais instáveis e perturbadas por ambiguidades entre experiências em primeira pessoa e preocupações universais.

Questões antes consideradas domésticas e íntimas, como dinâmicas familiares, identidades pessoais, relações sexuais e valores estéticos têm sido tomadas como questões de contestação pública.

Ao mesmo tempo, questões antes julgadas como melhor confinadas a uma linguagem política impessoal da racionalidade instrumental são agora frequentemente discutidas em termos de sensibilidade experiencial. A autenticidade emerge como um registro da mediação habilidosa entre as visibilidades díspares do novo público.

Concebido anteriormente em termos de transmissão linear, o sistema de comunicação política tornou-se poroso e o projeto democrático, antes limitado a uma esfera pública claramente delineada, infiltra-se em inúmeras áreas de interação social que não podem ser facilmente categorizadas como públicas ou não públicas, políticas ou não-políticas.

4) Em quarto lugar, a estrutura da ecologia de mídia – através da qual as mensagens e significados deslocam-se – mudou.

Desencadeada por inovações em microeletrônica e em tecnologias de comunicação, a emergente ubiquidade das redes fracamente ligadas que ultrapassam as fronteiras do

Estado coincide com uma descentralização do poder político e uma escalação de novos padrões de ação coletiva dispersa e não ortodoxa.

A Internet, que é, na realidade, uma rede de redes de comunicação ligadas por programas codificados que determinam a metacomunicação, surgiu como uma zona axial de aparência e influência política.

Aqueles que possuem destreza em técnicas de alternância entre redes e exploração de ligações fracas têm uma vantagem em uma era de governança distribuída.

Com o surgimento da Internet como uma rede publicamente acessível por centenas de milhões de pessoas, não é mais possível falar dos meios de comunicação como disseminadores centralizados e quase-industriais de conhecimento público a um público de massa.

O surgimento das tecnologias de comunicação digital abalou significativamente as práticas jornalísticas, enfraqueceu os privilégios de *gatekeeping*, expandiu a definição da agenda, contornou a escassez de informações forjadas e abriu um vasto espaço para interação pública autônoma.

Esta nova ecologia da mídia não deslocou o antigo sistema de mídia, mas o reconfigurou, deixando os centros de poder comunicativo vulneráveis a uma gama de vozes que eram, anteriormente, fáceis de marginalizar ou ignorar.

O espaço, o ritmo e o fluxo da comunicação política em uma era de redes apresenta desafios formidáveis para modelos de autoridade e controle *top-down* (de cima para baixo). Os governos parecem estar presos a um momento em que a democracia não é nem sustentável, tal como está, nem acessível a estratégias coerentes de reinvenção.

Diante dessas incertezas, as instituições políticas tenderam a entrincheirar-se, às vezes replicando os processos de rotina online em nome da democracia digital, esperando que isso restrinja o contágio. Todos os políticos concordam agora que eles devem governar com e através da Internet, mas poucos têm clareza sobre como fazê-lo.

Se eles olharem para algumas das afirmações mais entusiasmadas feitas pelos pesquisadores, eles serão informados de que a Internet muda tudo ou que não muda nada na esfera política – mas tais alegações exageram em relação aos poderes da tecnologia, reduzindo a história a um estudo bruto de efeitos de mídia.

A minha abordagem consiste em resistir à noção de que as redes digitais possuem algum tipo de agência determinista e, em vez disso, volta-se ao que Jay Blumler e eu nos referimos como '*potencial vulnerável*' das redes digitais para expandir a gama de movimentos autoarticulados que os cidadãos sentem capazes de implementar para carimbar sua eficácia no processo político.

Pensar a partir dessa perspectiva implica uma mudança teórica, a partir da ideia redutora das redes sociais como uma cartografia árida na qual as relações políticas parecem ser uma consequência da posição espacial e da proximidade a uma ideia que considera as redes como formações contextuais e contingentes promulgadas nas quais as relações sociais são construídas e refeitas através das atividades de seres humanos complexos.

Ao fazer essa mudança teórica, devemos certamente prestar atenção à exortação do cientista político Rob Rhodes para "colocar as pessoas de volta em redes".

Diante de um espaço global dentro do qual é possível espreitar-se, cantarolar, pesquisar, filtrar, conectar-se ou gritar no vazio solitário, surge a pergunta: do que os cidadãos precisam para serem capazes de fazer e ser a fim de funcionarem como atores sociais que podem exercer a agência democrática?

Ao fazer esta pergunta, estou partindo da importante tradução do economista Armatya Sen do conceito aristotélico de *dunamin*, que se refere à capacidade das pessoas de não apenas funcionar socialmente, mas de escolher como elas querem funcionar. A teoria das capacidades, então, refere-se à liberdade substantiva das pessoas de se engajarem em atividades sociais que valorizem.

No contexto da agência democrática, estou interessado na medida em que os modos de comunicação – tais como as redes digitais – ajudam a habilitar as pessoas para que se tornem o tipo de cidadãos democráticos que desejam ser.

Em meu novo livro, *Can the Internet Strengthen Democracy?*, identifico quatro capacidades democráticas que poderiam ser fortalecidas através da ação das pessoas com e sobre as tecnologias de mediação digital.

Passo agora a estas quatro capacidades a fim de resumir o que sabemos sobre a medida como elas são entendidas atualmente dentro da política em rede e as discrepâncias entre o que os cidadãos precisam para serem capazes de fazer e o ambiente político existente na maioria dos países que alegam ser democracias.

1) *Ser capaz de compreender o mundo político.*

Informação política é um bem público. Qualquer um pode acessá-la sem prejudicar sua disponibilidade a outros. Mas ter acesso à informação não é em si de muito valor, a menos que seus destinatários possam compreendê-la.

Uma pessoa analfabeta trancada dentro de uma biblioteca enfrentaria o desafio de decifrar o que inicialmente pareceria uma vasta massa de dados ilegíveis. As pessoas não buscam simplesmente dados, mas significado.

O desafio portentoso para a democracia é o de empoderar os cidadãos para que transformem dados recônditos em conhecimentos úteis. Existem duas conclusões empíricas principais aqui:

- a) Muitos usuários da internet selecionam as suas fontes de informação com base em suas crenças e preconceitos existentes e resistem às fontes de informação que possam causar dissonância cognitiva. Podemos dizer que eles permanecem presos em suas redes sociais, resultando em polarização intensificada de grupo.
- b) Ao mesmo tempo, a velocidade e a amplitude das informações online permitem que algumas pessoas selecionem, avaliem e processem volumes de informação sem precedentes, assim como estabeleçam hiperlinks entre considerações

contrastantes e explicações pluralistas, muitas vezes inadvertidamente. Quando as pessoas acessam redes de mídia, tais como Facebook e Twitter, elas estão mais propensas a entrar em discussões políticas com pessoas que não compartilham suas perspectivas, independentemente das usuais barreiras sociodemográficas ao engajamento político. Para essas pessoas conectadas digitais mais heterogêneas, a internet fornece um caminho independente à socialização política e ao comportamento participativo através da exposição a perspectivas políticas transversais, às vezes levando-as a reconsiderar suas posições originais.

Do ponto de vista de capacidades, podemos perguntar como ferramentas de interpretação podem ser desenvolvidas de forma a traduzir o exorbitante armazenamento de informação digitalmente acessível em conhecimento útil.

Muitos usuários da internet relatam que se sentem sobrecarregados pelo excesso de dados. O problema da sobrecarga de informação refere-se às diferentes capacidades das pessoas para dedicar atenção à gama de conteúdos de mídia disponível a elas.

Não se trata simplesmente de um problema quantitativo de haver muita coisa e muitos contextos nos quais algo pode ser encontrado. Ele também descreve uma mudança cultural qualitativa, pressionando as pessoas a fazer escolhas frequentes de filtragem sobre o que realmente importa para elas; a passar mais tempo do que têm disponível fazendo avaliações incertas sobre o valor e a credibilidade das informações; e a chegar a decisões mais rápidas, impulsionadas pela velocidade incontrolável do fluxo de dados.

Por mais que pareça contraintuitivo, uma contribuição valiosa que a Internet poderia fazer à democracia seria desacelerar a exposição, permitindo às pessoas tempo para pensar sobre o que significam as tendências e os acontecimentos, para refletir sobre o que elas pensam sobre eles e para ouvir a outros que interpretam as informações de forma diferente.

Poucas pessoas comprariam uma casa com base em um discurso rápido e ininterrupto de uma pessoa interessada em vendê-la. Eles iriam querer tempo para considerar, comparar

com outras casas e receber conselhos de amigos e especialistas. Pense então sobre uma campanha eleitoral e nas formas como os eleitores são impelidos a escolher um governo. A velocidade do lance é contrária à reflexão calma: um bombardeio semiótico em lugar de um apelo fundamentado.

Às vezes as pessoas recorrem ao universo online para verificar o que lhes foi dito durante o agito da campanha. Este impulso de verificar, comparar, pesar e dissecar poderia ser melhor atendido.

Ao projetar recursos digitais que desaceleram o processo democrático efetivamente e que permitem que a maioria das pessoas, que não são nem aficionados políticos nem magos tecnológicos, se engajem de forma reflexiva com as informações políticas, a democracia poderia se tornar mais inclusivamente acessível e inteligivelmente navegável.

Considere dois exemplos de como a internet abriu tais espaços para a desaceleração democrática.

TheyWorkForYou.com é um site que fornece informações completas sobre registros de votação dos representantes, despesas e discursos no parlamento britânico, escocês e na Assembleia da Irlanda do Norte. Os 2,3 milhões de pessoas que acessam o site mensalmente podem fazer observações sobre os procedimentos parlamentares escritos e criar *feeds* de notícias personalizados sobre as últimas aparições de membros individuais, assim como como receber alertas por e-mail sobre qualquer item mencionando certas palavras-chave. Elas também têm acesso a gravações em vídeo de debates na Câmara (*House of Commons*), que podem ser pesquisados usando transcrições *verbatim*, com marcas temporais.

Trata-se de uma ferramenta democrática extremamente bem-sucedida, sendo que um em cada cinco de seus usuários não havia participado da política no ano anterior à sua utilização e não era membro de qualquer grupo político.

Considerando que a organização sem fins lucrativos que opera o *TheyWorkForYou.com* (*MySociety*) tem acesso a apenas uma pequena fração do financiamento disponível para sites parlamentares e governamentais oficiais, só se pode imaginar o quão mais expansivo

e detalhado tal monitoramento digital poderia se tornar se fosse apoiado pelo comprometimento democrático adequado. O valor desta ferramenta é que ela permite que os cidadãos passem um tempo explorando as maneiras pelas quais eles estão sendo representados.

Em vez de ter de acompanhar relatórios dos processos parlamentares emitidos de forma obscura, eles podem fazer o tipo de pergunta específica que lhes interessa. Esta não é necessariamente uma alternativa para acompanhar as notícias rápidas, mas um complemento personalizado a elas.

Um segundo projeto relacionado à desaceleração política foi iniciado por minha própria equipe de pesquisadores da Universidade de Leeds e da Open University que desenvolveu uma maneira de permitir que os eleitores deem sentido, em seu próprio tempo, às reivindicações políticas concorrentes realizadas nos debates eleitorais televisionados.

Em 2015, sete líderes partidários do Reino Unido participaram de um debate eleitoral televisionado de duas horas na ITV. Poucos minutos após a finalização, as empresas de pesquisa declararam “quem havia ganhado”, pedindo aos espectadores suas respostas instantâneas. Mesmo antes disso, os analistas do Twitter estavam fazendo afirmações sobre como os eleitores estavam respondendo em tempo real. Tudo estava direcionado a reações instantâneas.

A minha equipe de pesquisa projetou uma plataforma que permite que os eleitores assistam novamente ao debate (ou que assistam pela primeira vez), visualizando criticamente todas as seções ou seções selecionadas podendo encontrar respostas a uma gama de perguntas sobre as fontes e a acurácia das alegações que os debatedores empregaram, as diversas estratégias performativas utilizadas pelos debatedores, a medida em que seus argumentos eram internamente consistentes e relacionados ao que os outros debatedores estavam dizendo e as respostas ao vivo dos espectadores a suas alegações e desempenhos.

Testagem inicial do usuário:

- 43% podem mudar a forma como votaram à luz do que aprenderam
- 80% tiveram *insights* inesperados sobre o que os debatedores disseram e sobre o que defenderam
- 66% tiveram uma melhor consideração sobre as perspectivas das quais não compartilhavam
- 98% recomendariam a ferramenta

O pressuposto sobre o qual este projeto foi fundado é o de que a exposição em tempo real a argumentos políticos ditos de forma rápida não é a melhor maneira de se chegar a um julgamento final e considerado a respeito deles. Desacelerar o processo político permite aos cidadãos refletir sobre as alegações feitas e chegar a julgamentos mais refinados.

2) *Estar aberto à troca argumentativa*

A esfera política parece dominada pelos excessivamente opinativos, que não vão considerar a mudança de opinião, e pelos sem opinião, que se sentem incapazes de chegar a uma conclusão.

Os primeiros não são bons cidadãos democráticos porque os seus valores e preferências são demasiadamente rígidos. Os últimos são problemáticos porque são ou muito dependentes dos líderes para que lhes digam o que fazer ou se abstêm da participação.

A finalidade da deliberação é permitir que os dois grupos de pessoas (assim como o grande número de cidadãos que têm pontos de vista, mas permanecem abertos à persuasão) sejam expostos a discussões públicas transversais com vistas a possivelmente chegar a perspectivas refinadas.

Muitas experiências deliberativas têm sido conduzidas para ver se e como a exposição a uma discussão informada, respeitosa e inclusiva leva a mudanças de preferência. Diante da pressão para justificar opiniões não desenvolvidas ou considerar ideias não ouvidas

anteriormente, as pessoas geralmente respondem com um grau de flexibilidade intelectual que é menos provável de ser encontrado em ambientes estritamente homofílicos.

Dois resultados contrastantes surgem de estudos de conversa política online.

- a) Onde os espaços para discussão online de questões políticas são cuidadosamente projetados e estruturados, muitas vezes como projetos experimentais, os participantes tendem a se comportar de maneira mais consistente com as normas democráticas do que na discussão *offline*. Pesquisas descobriram que debatedores online são mais abertos a considerar e abranger um repertório ampliado de argumentos e evidências; mais propensos a mudar de opinião sobre sua posição; e suscetíveis a manter seus julgamentos mais reflexivos meses após as discussões terem sido concluídas. (No entanto, a qualidade do discurso online deteriora-se marcadamente em contextos altamente partidários, que manifestam características idênticas aos espaços polarizados *offline*).
- b) É raro que a discussão política online seja integrada de forma significativa nos processos institucionais de formação de políticas ou tomada de decisões. Para ser franco, a maioria dos falantes políticos online fala apenas para si. Mesmo quando as discussões online fornecem perspectivas narrativas ricas, evidências valiosas (muitas vezes locais) e considerações coerentes de como argumentos discretos se relacionam uns aos outros, os decisores políticos não conseguem se envolver com eles de uma forma mais do que simbólica.

Além das políticas institucionalmente conectadas, há evidências convincentes sugerindo que, mesmo quando a discussão online é mais extemporânea, informal e não apoiada por qualquer tipo de infraestrutura deliberativa, o comportamento participante está, muitas vezes, muito mais próximo das normas deliberativas do que se poderia esperar.

Qual é o ponto de tal conversa política? Em primeiro lugar, ela preenche a lacuna entre o que pode ser facilmente descartado como conversa mundana, conversa politicamente irrelevante sobre música, futebol, narrativas de novela ou valores privados e visões sobre a distribuição e o exercício do poder social. Tal conversa pode levar as pessoas a

reconhecerem a presença do político dentro do que elas poderiam ter inicialmente considerado uma conversa puramente pessoal.

Em segundo lugar, permite que as pessoas se dirijam a outros cidadãos com vistas a influenciar a opinião pública. Há evidências que sugerem que as pessoas são mais propensas a se sentirem eficazes em relação aos efeitos horizontais (entre pares) do que à influência vertical (de cidadão para governo).

Em terceiro lugar, a conversa política, mesmo quando é apenas para fim próprio, tem benefícios epistêmicos, especialmente quando, por meio de redes online porosas, as pessoas são expostas visões e experiências que não se propuseram a encontrar.

Ao pensar sobre a deliberação como uma capacidade democrática, existem diversos modelos a serem aprendidos a partir daqui:

- a) as formas nas quais os exercícios de orçamento participativo têm sido conduzidos em espaços online;
- b) os debates online impressionantes que alimentaram a reescrita da constituição islandesa em resposta à implosão econômica do país;
- c) o uso generalizado de júris deliberativos leigos nos debates contemporâneos de ciência, como a pesquisa com embriões e culturas geneticamente modificadas.

Uma série de designs específicos para espaços deliberativos online foram produzidos, incluindo *Unchat* e *The Deliberative Community Networks* (Redes Comunitárias Deliberativas) (*Open DCN*), ambas ferramentas de discussão em tempo real para deliberação em pequenos grupos.

O primeiro apresenta "quebra-molas", projetados para forçar os usuários a encontrar informações relevantes antes de participar do debate. São fornecidas transcrições para ajudar os que chegaram mais tarde a alcançar a discussão anterior.

O projeto Redes Comunitárias Deliberativas (*OpenDCN*) permite que os participantes enviem suas próprias informações de base em uma ampla gama de formatos, usando

modelos embutidos para fornecer seus próprios conjuntos de dados ou links para conjuntos de dados externos. Desta forma, eles são capazes de oferecer suas próprias interpretações das evidências, transcendendo assim a distinção bastante artificial entre informação de base e prática deliberativa.

Aqui devo mencionar a proposta que Jay Blumler e eu temos defendido pelas últimas duas décadas para estabelecer um espaço online confiável no qual as energias dispersas, autoarticulações e aspirações dos cidadãos possam ser ensaiadas, em público, dentro de um processo de retorno contínuo aos diversos níveis e centros de governança - local, nacional e transnacional.

3) A circulação da experiência pública

Na era dominada pela transmissão, o enquadramento das histórias públicas caiu para um pequeno número de organizações de mídia, muitas vezes impulsionado por interesses comerciais e ideológicos em desacordo com as normas da democracia.

Não pode haver dúvida de que o surgimento de sites de redes sociais como Facebook, YouTube e Twitter reconfigurou o ambiente da contação de histórias. Os números, por si só, são impressionantes: o Facebook tem 1,65 bilhão de contas de usuário, com 500.000 novas adesões a cada dia a uma taxa de seis por segundo; no YouTube, há 300 horas de conteúdo de vídeo carregado por minuto e 3,25 bilhões de horas visualizadas por mês; no Twitter, há 500.000 tweets enviados diariamente a uma taxa de 6.000 por segundo e 320 milhões de usuários ativos.

No nível micro, há evidências sugerindo que os usuários são capazes de gerenciar relações sociais dentro das redes online de forma a facilitar que eles estabeleçam conexões sociais com outros.

Por exemplo, evidências dos Estados Unidos sugerem que os usuários do Facebook têm metade da probabilidade do americano médio de serem socialmente isolados, têm mais confiança no outro do que o americano médio e são muito mais propensos ao

engajamento político. Pessoas que estão conectadas a amplas redes online pessoais são mais propensas a se envolver em ações políticas formais e informais.

Ainda mais importante do que o tamanho das redes online é a sua heterogeneidade, ou seja, a medida em que eles expõem os usuários a diversas experiências e opiniões. Quanto mais as pessoas encontram redes sociais envolvendo pessoas diferentes delas mesmas, mais propensas elas são à receptividade de novas perspectivas políticas.

No nível social macro, a proliferação de narrativas online ajuda a conter as tentativas oficiais e corporativas de moldar a agenda pública.

O conceito de notícia está em transição e as elites políticas muitas vezes acham necessário responder rapidamente a histórias e questões de circulação digital que surgem além das zonas de conforto de suas próprias bolhas centradas na mídia.

Há duas formas principais nas quais as histórias online desencadeiam agendas políticas mais amplas.

A primeira se dá quando a mídia de massa coleta preocupações, histórias e debates que estão circulando na internet, talvez na blogosfera ou no Facebook ou Twitter. Esses efeitos de repercussão têm mais chance de transpirar quando os temas são levantados por coalizões de atores capazes de enquadrar a importância de suas questões em termos que possam ser entendidos e replicados por jornalistas convencionais.

Um segundo caminho para a definição da agenda é bem menos perceptível. Quando as pessoas usam os mecanismos de busca como o Google para encontrar informações políticas, elas estão, ao mesmo tempo, gerando informações importantes sobre o tipo de questões e ideias salientes para elas. Quando questões de pesquisa são tendência no Google, há a probabilidade de que os atores políticos e jornalistas de mídia de massa irão prestar atenção, não só aos assuntos de interesse das pessoas, mas às formas que elas formulam suas perguntas de pesquisa.

Como um indicador bruto de percepções políticas em mudança, a internet oferece um quadro impressionista de uma esfera pública informal – ou, mais precisamente, um mapa de esferas públicas em intersecção.

4) *Ser capaz de fazer a diferença*

A eficácia dos representantes democráticos depende de haver uma relação inequívoca entre as ações que eles empreendem e a vontade do representado.

Não há dúvida de que as formas de comunicação social em rede permitiram que ativistas do século XXI combinassem a coordenação on-line e a ação do nível da rua para definir agendas, registrar influência e decretar protestos.

Mais extensivo, instantâneo e inovador do que a maioria dos usos institucionais da internet, o ativismo digital depende de uma forma de energia política que faz com que a política antiquada pareça lenta e rançosa.

Em vez de esperar que os representantes falem por eles, os ativistas digitais possuem práticas dinâmicas altamente sintonizadas de autorrepresentação.

Ao fazê-lo, tiveram de abordar o desafio histórico da coordenação. Tanto acadêmicos quanto profissionais percebem que há algo na internet que possibilita que grupos com poucos recursos, estruturas flexíveis e programas em evolução se coordenem para a ação coletiva, mas só recentemente esse fenômeno tem sido sistematicamente teorizado.

O livro de Bennett e Segerberg, *The Logic of Connective Action*, que se baseia em evidências empíricas extensas de novos movimentos sociais, tais como o espanhol *Indignados* e o *Occupy*, tem sido justamente considerado uma tentativa inovadora de reconceber a ação coletiva para a era digital. Os autores mostram, em riqueza de detalhes, como as tecnologias digitais permitem que pessoas com problemas ou objetivos semelhantes se unam sem serem gerenciadas por partido centralizado ou lideranças de movimento. É impossível fazer completa justiça aqui a esta teoria cuidadosamente construída, mas a essência do argumento de Bennett e Segerberg é que:

Quando redes interpessoais são habilitadas por plataformas de tecnologia de designs diversos que coordenam e dimensionam as redes, a ação resultante pode assemelhar-se à ação coletiva, mas sem o mesmo papel desempenhado por organizações formais ou a necessidade de enquadramentos de ação coletiva exclusivos. Em lugar do conteúdo que é distribuído e das relações que são negociadas por organizações hierárquicas, as redes de ação conetiva envolvem coprodução e codistribuição, revelando diferentes lógicas econômica e psicológica: produção por pares baseada no compartilhamento e na expressão personalizada (p.35).

Como consequência, a ação democrática torna-se mais fácil de coordenar, menos opressivamente vinculativa ao engajamento e capaz de se metamorfosear de maneira flexível entre questões relacionadas.

Mas há limites à ação conetiva. A capacidade de iniciar e sustentar formas de ação política baseadas na coordenação da energia dispersa é uma pré-condição vital para a eficácia democrática, mas apenas uma pré-condição.

Existe uma diferença significativa entre a mobilização de curto prazo e a formação de políticas de longo prazo. Definir uma contra-agenda radical é uma coisa, porém transformá-la em um quadro para a implementação de política é outra.

Sem uma mobilização eficaz, é pouco provável que sejam realizados impactos políticos duradouros, mas apenas com mobilização vibrante, a energia democrática também pode ser facilmente dissipada.

Está em jogo uma tensão fundamental no âmago da política democrática entre insumos e saídas. Os insumos referem-se à expressão de demandas políticas. A qualidade democrática dos insumos pode ser avaliada em termos da extensão em que eles são levados e apoiados de forma justa, reflexiva e inclusiva. As saídas referem-se às decisões e ações das autoridades políticas: as políticas que são implementadas e os efeitos sociais que são realizados. A qualidade democrática das saídas é melhor avaliada em termos da medida em que elas refletem os insumos públicos.

Um sistema político que encoraja o insumo público no processo político, mas ignora esse tipo de insumo na produção de saídas carece de legitimidade democrática. Da mesma forma, um sistema político que limite os insumos de políticas às elites nunca pode ser totalmente democrático, mesmo que seus resultados de políticas sejam burocraticamente eficazes em manter o conteúdo público.

A ação conetiva pode ser boa para a mobilização de insumos radicais, mas não oferece nenhum mecanismo para traduzi-los em resultados.

Um desafio fundamental para a política em rede é buscar formas de democratizar o próprio processo de tomada de decisão para que a vontade pública possa ser transfigurada em políticas sustentáveis.

O teórico democrático John Keane observou que: diante de situações desconhecidas, é sempre tentador supor que a nova mídia vai continuar fazendo coisas familiares..., mas de formas mais eficientes e eficazes, mais rápidas e mais baratas... A tentação deve ser resistida. Pressupostos que duram mais do que a sua utilidade devem ser abandonados. O que é necessário são novas sondagens arrojadas, perspectivas frescas, conceitos ousados que permitam formas diferentes e significativas de ver as coisas, métodos mais diferenciados para reconhecer as novidades do nosso tempo, as oportunidades democráticas que ele oferece e as contra-tendências que têm o potencial de extinguir a política democrática.

Seguir este sábio conselho implica um equilíbrio fino entre reconhecer o enraizamento institucional e a resiliência da democracia realmente existente e apreender o escopo para novos valores, práticas e conexões democráticas que estão de acordo com as novidades do nosso tempo.

Isso significa fazer perguntas fundamentais sobre o tipo de democracia na qual queremos viver, o tipo de política que nos serviria e as formas pelas quais as tecnologias da informação e da comunicação podem nos ajudar a compreender a nossa humanidade.

Eu gostaria de sugerir que nenhuma das capacidades que eu esbocei pode fortalecer a agência democrática por conta própria. A resposta não está na promoção de mais

deliberação ou informações mais abundantes ou mais oportunidades de engajamento em protestos em rede.

O desafio para a democracia é criar sinergias produtivas ao longo de todas essas capacidades: contação de histórias e deliberação; fontes de informação mais expansivas e novos modos de ação conetiva.

Onde nos encontramos no momento em relação a esse desafio?

É útil pensar nas redes digitais como capacitadoras de formas de prática democrática que poderiam potencializar a agência democrática e contrariar a corrente para o elitismo complacente e o populismo iludido?

Nos últimos tempos, esta questão tem se afastado do abstrato ou acadêmico. A ascensão de líderes e programas populistas tem desencorajado muitas pessoas que até então tinham assumido que a política democrática poderia resistir ao fascínio iliberal da demagogia.

Por um longo tempo, foi complacentemente entendido que o inédito simplesmente desapareceria em silêncio taciturno, interrompido por ocasionais ataques de ressentimento vulgar e automutilação localizada.

Deixe-os em paz; exclua-os dos modelos de pesquisa porque eles não vão votar, anime seus ressentimentos audaciosos e diga-lhes o que é melhor para eles, de como falar corretamente a quando apertar os cintos.

Talvez fale da boca para fora sobre o valor de escutá-los, embora não reconheça o abismo intransponível entre atenção simbólica e compreensão sensível.

Nós nos encontramos vivendo através de uma insurgência do inédito. Pessoas que não votavam há anos votaram por resultados que peritos políticos não conseguiram prever. As pessoas cujos votos eram considerados “seguros” voltaram contra partidos e líderes que os tomavam como certos. Pessoas de dentro da política que alegavam serem especialistas em “jogar o jogo” foram surpreendidas ao descobrir que as regras mudaram.

Novas formas de falar sobre política estão emergindo em desafio aos códigos incestuosos de gerenciamento tecnocrático.

Os que apoiam Trump, Brexit e muitas outras panaceias feitas de óleo de cobra que estão em oferta estão querendo uma nova forma de exercer a voz política.

Muitas vezes novas realidades políticas são anunciadas não por grandes declarações, mas por maneiras recém-moduladas de falar sobre o mundo. Em vez de pensar na internet como uma constelação de dispositivos técnicos inteligentes ou uma massa de conteúdo díspar, poderíamos pensar nela como um novo espaço de articulação pública, uma arena multivocal em que não prevalece nenhum padrão único de status cultural ou avaliação do letramento comunicativo.

Como espero ter deixado claro nesta palestra, seria ingênuo supor que simplesmente mover a comunicação política online irá enriquecer ou degradar as vozes dos cidadãos democráticos. O antigo debate entre o bem e o mal da internet é despropositado e redundante.

Porém, se a pressão democrática popular pelo tipo de construção de capacidade cívica que eu elenquei nesta palestra ganhar tração, tecnologias digitais, espaços e códigos podem, realmente, ter um papel significativo em facilitar práticas conducentes a uma democracia mais inclusiva, respeitosa e deliberativa.

Notas

¹ Este texto é resultado da videoconferência proferida durante a mesa de abertura do VII Compolítica, em Porto Alegre, entre 10 e 12 de maio de 2017.

² Mediação e gravação: João Guilherme Santos

O autor

Stephen Coleman é professor de Comunicação Política na Universidade de Leeds, professor honorário em Ciência Política na Universidade de Copenhague e pesquisador associado no Oxford Internet Institute, na Universidade de Oxford. s.coleman@leeds.ac.uk